



1 **ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – 12/04/2018.**
2 Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezoito, as quatorze horas, no Auditório da Casa
3 da Memória, Rua Padre Miguelinho, nº 58 - Centro – Florianópolis, reuniram-se os seguintes
4 integrantes do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS): Lucas Barros
5 Arruda e Kelly Cristina Vieira (SMI); Felipe Paulo de Oliveira (IPUF); Noemi Clara Manoel
6 (SEMAS); Telma de Oliveira Pitta (SMDU); Aline Massan Dallacosta (SECOVI/SC); Carlos
7 Berenhauser Leite (SINDUSCON); Maria Correa da Silva e Luiz Gregório Martins (Região
8 Norte da Ilha); Indianara Bianqueto Fogaça e Albertina da Silva de Souza (Região Centro Ilha);
9 Graciela Fernández (Região Sul da Ilha); Leonardo Roque Pessina Bernini (Região Leste da
10 Ilha); Tânia Maria Ramos (Região Continental); Ângela Maria Luiti (UFECO) e a Secretária do
11 Conselho Paulina Korc. Fizeram-se presentes à reunião: Betina D'Ávila, Michaeli de Freitas
12 Goulart Martendal, Camila Guimarães Nunes, Juliana Hartmann Gomes, Maria Aparecida
13 Napoleão Catarina (SMI); Alice K. Gonçalves (Gab. Vereador Renato Geske); Eduardo Irani
14 Silva (CREA/SC); Zoraia Vargas Guimarães (IAB/SC); João Luiz de Oliveira – Gão, Célio
15 Francisco e Ivone F. da Rocha (Comunidade Ponta do Leal), somando um total de vinte e sete
16 (27) presentes. A secretária executiva do Conselho justificou as seguintes ausências: José
17 Luiz Sardá e Walter Hachow (FLORAM); Amilton Silveira e Jaisson José Vieira (SMC); Thaís
18 Borges Martins Vieceli (SEMAS); Priscila Valler dos Santos (SMS). O Superintendente de
19 Habitação e Saneamento/SMI Engº. **Lucas Barros Arruda** presidiu os trabalhos agradecendo
20 o comparecimento dos conselheiros. Na sequência, conforme encaminhamento da reunião de
21 08 de março, deu-se a discussão sobre a ocupação das vagas dos Profissionais Liberais e das
22 ONGs no Conselho de Habitação. **Lucas** apresentou a seguinte proposição: ocupação das
23 vagas de Conselheiros, sendo: Representação dos Profissionais Liberais (vaga a ser ocupada
24 pelo CREA/SC); Representação de ONG (vaga a ser ocupada pelo IAB/SC). **Ângela** sugeriu
25 novo chamamento para uma nova Plenária Pública das ONGs. Sugestão consentida pela
26 Tânia, Graciela, Albertina e Pessina. **Graciela** salientou que nos diversos conselhos, quando
27 há vacância, é realizado novo chamamento. **Pessina** destacou que em abril de 2017 houve
28 novo chamamento da Região Norte e Leste da Ilha. **Albetina** disse que o IAB/SC e o
29 CREA/SC se inscreveram para a vaga dos profissionais liberais e não ONGs. **Zoraia** indagou
30 se o parecer jurídico da Prefeitura permite a alteração em discussão. **Tânia** sugeriu que fosse
31 tirada uma comissão para dar encaminhamento. Ao que **Lucas** disse que a plenária é
32 soberana. **Albertina** propôs a composição de comissão para organizar novo processo eleitoral
33 para ONGs e suplência da Região Leste da Ilha. **Carlos Leite** enfatizou que não entende que
34 o Conselho não acata a proposição de definir na presente reunião, havendo duas entidades



35 que tem muito a contribuir. **Ângela** salientou que não estão em julgamento as entidades de
36 classe, mas sim, quer transparência e ampliar a participação da sociedade. **Eduardo Irani**
37 **Silva** falou sobre o interesse que a entidade tem em ajudar o Conselho. Salientou que as
38 ONGs tinham trinta dias de prazo para se habilitar e, se a assessoria jurídica indica que há
39 possibilidade do IAB ocupar a vaga das ONGs, não vê empecilho em acatar a proposição
40 constante na pauta, sendo CREA/SC titular dos profissionais liberais e IAB/SC titular das
41 ONGs. **Zoraia** disse que todas as entidades tiveram um mês para se inscrever para pleitear a
42 vaga das ONGs. O IAB/SC manifestou seu interesse em tempo hábil. **Sr. Luiz Gregório**
43 **Martins**, da Região Norte da Ilha, disse que é importante seguir a legislação. **Lucas** colocou
44 em votação a proposição. Considerando que houve empate, sendo cinco votos a favor da
45 proposição e cinco votos contrários, permaneceu indefinida a representação dos profissionais
46 liberais e ONGs no Conselho. Concluída esta pauta, **Lucas** solicitou à assistente social Kelly
47 Cristina Vieira que repassasse ao Conselho as informações a respeito da lista de beneficiários
48 do Empreendimento Ponta do Leal. Na oportunidade, **Kelly** historiou o processo em relação à
49 construção dos empreendimentos Jardim Atlântico e Ponta do Leal. Em relação às famílias,
50 para remoção da Ponta do Leal, **Kelly** enfatizou que foi realizado um amplo trabalho da equipe
51 técnica para definir as famílias a serem beneficiadas pelo projeto. Salientou ainda que foram
52 conferidos e analisado o cadastro da prefeitura, e a listagem construída pela comunidade e
53 entregue a prefeitura. Quanto as oitenta e oito (88) famílias, ainda há necessidade de algumas
54 comprovações de informação, como composição familiar. **Lucas** disse que o objetivo é retirar
55 todas as palafitas do local. Disse ainda que trinta e duas (32) famílias têm problemas na Caixa
56 Econômica em relação ao teto da renda familiar. Fez contato com a Dra. Ana Lucia Hartmann
57 para inserir essas famílias, porém não houve resultado positivo. Após amplo trabalho das
58 assistentes sociais, disse **Lucas**, foram definidas setenta e quatro (74) famílias e,
59 posteriormente, as 88 famílias beneficiárias. Atualmente a lista está fechada, porém é
60 necessário obter solução no que se refere à renda incompatível com o Programa Minha Casa
61 Minha Vida das trinta e duas (32) famílias, citadas anteriormente. **Arruda** disse ainda que no
62 momento, precisa ser concluída a obra e licitada a recuperação ambiental. Na sequência,
63 **João Luiz de Oliveira – Gão**, líder comunitário da Ponta do Leal, disse que além da
64 pendência das trinta e duas famílias, o problema da Ponta do Leal começa na construção que
65 está numa área de 53m², saindo do patamar de zero a três salários mínimos. Como o
66 empreendimento demorou, as pessoas conseguiram melhorar a renda familiar. Lá no cadastro,
67 a renda familiar era muito menor. Segundo Dra. Ana Lucia Hartmann, disse **Gão**, há dois
68 caminhos, um seria entre Prefeitura e Caixa e o outro entre a Prefeitura e o Ministério Público,



69 judicializando a possibilidade de inserir as 32 famílias. **Gão** rememorou quando, juntamente
70 com Pessina, Tânia e outros apoiadores, realizaram as primeiras reuniões na Ponta do Leal.
71 Disse ainda que teve diversas reações radicais no decorrer do processo, com muita
72 aprendizagem. A comunidade construiu o processo de consciência. Enfatizou o apoio do
73 Vereador Lino Peres e o grandioso trabalho da arquiteta Juliana Gomes Hartmann sendo
74 aplaudida pelo projeto desenvolvido. O **líder comunitário** agradeceu pelo apoio que teve no
75 Conselho de Habitação. **Gão** disse que concorda com a lista das 88 famílias, salientando que
76 a luta foi insistente e com resultado positivo. Concluída a fala do Gão, o mesmo foi aplaudido
77 pelo seu depoimento. Na oportunidade, os conselheiros presentes se manifestaram favoráveis
78 à lista das oitenta e oito (88) famílias. **Ivone** agradeceu ao Gão e a todos que apoiaram a
79 comunidade e salientou que são treze (13) anos de luta. A referência que tem é a comunidade
80 desde as palafitas. Sendo também aplaudida pelos conselheiros. **Ângela Liuti** disse que a
81 Ponta do Leal será sempre o exemplo de movimento e organização para o Município. **Tânia**
82 parabenizou a Comunidade Ponta do Leal por ser tão guerreira. O maior merecimento pela
83 conquista é a comunidade. A Ponta do Leal deverá ajudar a fortalecer outras comunidades
84 como Vila Aparecida, Vila do Arvoredo, Vila Santa Rosa, PC-3, dentre outras. Em relação à
85 Ponta do Leal, **Pessina** enalteceu a participação do Conselho e do Azevedo, liderança do
86 Movimento de Moradia de Florianópolis. Concluída esta pauta, os conselheiros foram
87 informados sobre a situação do Residencial Jardim Atlântico. **Lucas** relatou que a obra está
88 concluída, apenas aguardando o posicionamento do Ministério das Cidades para realizar a
89 inauguração. A Assistente Social de referência **Michaeli** relatou que duas (2) famílias, que
90 tiveram renda apurada com incompatível pela CAIXA, recorreram a Defensoria Pública para
91 garantir o direito a moradia no Residencial Jardim Atlântico. E por isso dois apartamentos
92 estão reservados na espera da decisão judicial. **Michaeli** cientificou os conselheiros, referente
93 ao Residencial Jardim Atlântico – Programa Minha Casa Minha Vida, que é exigência da
94 Portaria 595, do Ministério das Cidades, a indicação de 78 famílias pelo município somadas a
95 30% da lista principal, este último como cadastro de reserva. Destarte, foram chamadas todas
96 as famílias para verificação, tendo em vista diversas situações, entre elas: falecimento, renda
97 superior exigida pelo PMCMV, famílias que no período de inscrição ao chamamento
98 resolveram por conta a situação habitacional, por exemplo. Quanto ao comentário da **Tânia**
99 sobre famílias que entraram na justiça, **Michaeli** respondeu que todos os documentos do
100 Ministério Público estão atualizados. **Lucas** disse que a proposta é preencher as três (3)
101 vagas com famílias beneficiadas pelo auxílio habitacional. **Michaeli** indicou ainda que existem
102 famílias no auxílio habitacional aguardando a solução habitacional pelo município há 10 anos.

